

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(Lei 14.133/2021)

Registro de Preços para aquisição de bens permanentes

**Processo CPA nº 2025/00009575****1. OBJETO**

Sistema de Registro de Preços para aquisição de Projetores Multimídia, Telas de projeção, Caixas de som amplificadas, Microfones sem fio, Mesas de som com 10 canais, Interface digitalizadora para gravação de áudio e cabos diversos a serem distribuídos para as Unidades Judiciais e Administrativas do Tribunal de Justiça em qualquer município do Estado de São Paulo.

Código	Item
48.0281	Projetor Multimídia
48.0209	Tela de Projeção 1,80 X 1,80 metros
48.0279	Caixa de Som amplificada (ativa)
48.0251	Microfone de mão sem fio com receptor
48.0499	Mesa de som com 10 canais
48.0492	Interface digitalizadora para gravação de áudio
48.0493	Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 3 metros
48.0494	Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 5 metros
48.0495	Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 10 metros
48.0496	Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 20 metros
48.0497	Cabo de microfone P10 estéreo para XLR macho com 3 metros
48.0498	Cabo de microfone XLR fêmea para P10 estéreo com 3 metros

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO** (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Os itens Projetor Multimídia, Tela de projeção, Caixa de som amplificada e Microfone sem fio fazem parte dos itens fornecidos pelo Almoxarifado Central, com a finalidade de dotar as unidades administrativas de equipamentos básicos para transmissão de som e imagem, em especial nos salões do júri, mas também em salas de reunião ou auditório, salas de cursos etc., em conjunto ou não com outros equipamentos.

Diante do encaminhamento superior para ajustes visando a melhoria das

especificações foi feita a inclusão de mesa de som com 10 canais, interface digitalizadora para gravação de áudio e cabos diversos para interligação dos equipamentos (CPA 2025/9575 pp. 317-322).

A solicitação visa atender as necessidades de novas instalações, substituições e inaugurações, mediante solicitação das unidades administrativas.

### **3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

A contratação foi prevista no Plano de Contratação Anual 2026 – ID 1016.

### **4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)**

A aquisição pretendida está aderente aos seguintes Objetivos do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo 2021-2026:

**Objetivo 9.** Adequar a infraestrutura física e otimizar o uso dos prédios e espaços.

### **5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO**

Não há catálogo eletrônico de padronização para a contratação pretendida.

### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

- O preço cotado pelas empresas será único para entrega em qualquer município do Estado de São Paulo (Anexos I-B – Mapa Regiões Administrativas, I-C – Locais de entrega TJSP, I-D – Locais de entrega TRE-SP e I-E – Local de entrega TCESP) e deverá incluir frete e demais despesas;
- Tendo em vista a logística de entrega direta nas unidades administrativas prevista nesta contratação, a atribuição de cota para participação exclusiva de micro e pequenas empresas pode trazer prejuízo ao ganho de escala, em especial relativo aos custos de distribuição. Portanto, nos termos do art. 49, inc. III da Lei Complementar Federal nº 123/2006 atualizada, entende-se não ser aplicável a atribuição de cota de participação exclusiva prevista no art. 48, inc. III da referida Lei;
- As características do item, as condições gerais de fornecimento e de garantia, serão apresentadas nas especificações técnicas e demais itens do

Termo de Referência;

- As licitantes poderão apresentar, até 3 marcas e modelos de cada item para registro;
- Nos termos do art. 84, caput da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Os contratos decorrentes da ARP terão vigência 180 (cento e oitenta dias), prazo considerado razoável diante dos prazos previstos no Termo de Referência para entrega, correção de eventuais erros, prorrogação e eventuais solicitações de aditamento contratual;
- Tendo em vista que a contratação prevê a logística de entrega em todo o Estado, entendemos ser necessária maior cautela na seleção dos fornecedores. Será incluída no Termo de Referência a exigência de Atestado de Capacidade Técnica e Declaração de Ciência.

#### **7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)**

O recebimento provisório será efetuado pela Unidade Administrativa recebedora do material, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da entrega dos produtos, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

O recebimento definitivo será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

#### **8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc III, art. 18, Lei 14.133/21)**

As quantidades e locais de entrega para o efetivo fornecimento serão definidas quando das solicitações de parcela da Ata de Registro Preços, para emissão dos respectivos Contratos.

Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência de 180 (cento e oitenta dias), contados a partir da assinatura pela DETENTORA/CONTRATADA.

O prazo de entrega previsto no Termo de Referência será de até 40 (quarenta) dias contados a partir da notificação emitida pelo(a) Fiscal do Contrato, com previsão da possibilidade de concessão de até 30 (trinta) dias de prazo adicional para finalização das entregas.

A gestão e fiscalização do Contrato serão efetuadas conforme disposições constantes no Contrato, na Lei nº 14.133/2021, no Provimento CSM nº

2.724/2023, no Provimento nº 100/2024, e as definidas no Termo de Referência.

Será prevista a comprovação pela contratada, semestralmente, quanto à manutenção de suas condições de habilitação e qualificação.

O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após o ateste da nota fiscal.

#### **9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)**

Será exigido um prazo de 9 (nove) meses de garantia complementar à legal prevista no CDC, totalizando 12 (doze) meses de garantia. Após pesquisas pela internet, verificou-se que esse prazo está adequado ao praticado no mercado.

#### **10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)**

Considerando que os objetos do presente estudo possuem padrões de desempenho e qualidade, assim como especificações usuais de mercado, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, o critério de julgamento *de menor preço* e o modo de disputa aberto.

#### **11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

As quantidades foram estimadas com base na média de fornecimento de um período de 3 (três) anos, mais os pedidos em carteira que ainda não foram atendidos, com cálculo para previsão de fornecimento durante a vigência da Ata do Registro de Preços.

Os itens Mesa de som com 10 canais, Interface digitalizadora para gravação de áudio e os cabos para interligação que não eram fornecidos anteriormente, tiveram suas quantidades definidas com base na estimativa de microfones sem fio e caixas de som.

Ressalta-se, no entanto, que no caso de materiais permanentes as quantidades passadas podem não refletir com exatidão as necessidades futuras, que dependerão das efetivas solicitações das unidades administrativas decorrentes de substituições, inaugurações e novas demandas. Por isso, o cálculo do quantitativo a registrar considerada uma margem que permita a absorção desses quantitativos.

O cálculo efetuado consta no Anexo “Dados – Som e Imagem” (p. 354), elaborado com as informações extraídas dos relatórios de itens fornecidos e pedidos em carteira (pp. 349/350).

As parcelas da Ata de Registro de Preços serão solicitadas durante sua vigência, mediante disponibilidade orçamentária, e serão baseadas na necessidade real das Unidades Administrativas, evitando-se a formação de estoques.

## 12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

O levantamento de mercado foi efetuado com base em pesquisas em sites de compras públicas e pesquisas na internet, de forma que a especificação técnica constante no Termo de Referência reflita as alternativas com possibilidade de fornecimento pelo mercado, conforme quadro demonstrativo (pp. 351-353).

## 13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Projektor Multimídia – Código 48.0281		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
100	R\$ 3.593,02	R\$ 359.302,00
Tela de Projeção 1,80 X 1,80 metros – Código 48.0209		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
100	R\$ 762,11	R\$ 76.211,00
Caixa de som amplificada (ativa) – Código 48.0279		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
250	R\$ 1.611,04	R\$ 402.760,00
Microfone sem fio – Código 48.0251		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
250	R\$ 1.006,73	R\$ 251.682,50
Mesa de som com 10 canais – Código 48.0499		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
250	R\$ 1.500,71	R\$ 375.177,50
Interface digitalizadora para gravação de áudio – Código 48.0492		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
250	R\$ 1.540,61	R\$ 385.152,50
Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 3 metros – Código 48.0493		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
250	R\$ 111,83	R\$ 27.957,50
Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 5 metros – Código 48.0494		
Quantidade	Valor unitário	Valor total

250	R\$ 118,40	R\$ 29.600,00
<b>Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 10 metros – Código 48.0495</b>		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
250	R\$ 103,42	R\$ 25.855,00
<b>Cabo XLR macho x XLR fêmea balanceado profissional com 20 metros – Código 48.0496</b>		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
250	R\$ 187,06	R\$ 46.765,00
<b>Cabo de microfone P10 estéreo para XLR macho com 3 metros – Código 48.0497</b>		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
250	R\$ 134,06	R\$ 33.315,00
<b>Cabo de microfone XLR fêmea para P10 estéreo com 3 metros – Código 48.0498</b>		
Quantidade	Valor unitário	Valor total
250	R\$ 126,73	R\$ 31.682,50
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.045.660,50</b>

Estimativas realizadas conforme quadro demonstrativo (pp. 351-353), havendo necessidade de confirmação dos valores referenciais por meio de pesquisa de mercado no processo licitatório.

#### 14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A aquisição pretende garantir a melhor solução para atendimento às necessidades do TJSP.

As características básicas do material serão determinadas de acordo com a disponibilidade do mercado, visando facilitar a sua aquisição, utilização e instalação.

A especificação técnica seguirá no Termo de Referência, e será elaborada de acordo com o mercado atual e empresas fabricantes.

As condições de assistência estarão previstas no Termo de Referência e Termo de Garantia.

As especificações técnicas e complementares do item estão definidas no Anexo I-A – Especificação Técnica.

#### 15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A contratação será dividida em 3 (três) lotes, contendo agrupamento de itens considerando as afinidades de características e ramos de mercado sendo:

- Lote 1 – 2 itens (projektor multimídia e tela de projeção);
- Lote 2 – 2 itens (caixa de som amplificada e microfone sem fio);
- Lote 3 – 8 itens (mesa de som com 10 canais, interface digitalizadora para gravação de áudio e cabos de conexão diversos).

A divisão em grupos de itens com características similares visa o melhor aproveitamento do mercado, permitindo que as licitantes escolham o grupo de itens mais próximos de seu ramo de participação.

Além disso a aglutinação em lotes visa a diluição dos custos logísticos, uma vez que a contratação será para entrega direta em qualquer município do Estado de São Paulo, de acordo com o lote de participação.

Os itens não têm produção regionalizada. No mercado, observado pela internet, existe um rol de marcas que produzem e disponibilizam nas grandes lojas e distribuidores, com entrega em todo território nacional.

Tendo em vista a logística de entrega direta nas unidades administrativas prevista nesta contratação, a atribuição de cota para participação exclusiva de micro e pequenas empresas pode trazer prejuízo ao ganho de escala, em especial relativo aos custos de distribuição. Portanto, nos termos do art. 49, inc. III da Lei Complementar Federal nº 123/2006 atualizada, entende-se não ser aplicável a atribuição de cota de participação exclusiva prevista no art. 48, inc. III da referida Lei.

## **16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

A presente contratação tem o objetivo de dotar as unidades administrativas de equipamentos básicos para transmissão de som e imagem, em especial nos salões do júri, mas também em salas de reunião ou auditório, salas de cursos, etc., em conjunto ou não com outros equipamentos.

Além disso, objetiva-se:

- Racionalização e padronização das compras dos itens;
- Economicidade devido ao ganho de escala na aquisição de itens em lote por ramo de mercado;
- Melhoria de eficiência administrativa, por meio da redução do número de processos licitatórios e da quantidade de contratos.

**17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

Não são necessárias providências prévias relativas a esta contratação.

**18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto desta contratação.

**19. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

Após pesquisa no GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA AGU - versão OUTUBRO 2024 - 7ª EDIÇÃO, REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA, não foram localizadas normas de cumprimento obrigatório aplicáveis aos itens desta contratação.

No entanto, todos os produtos ofertados deverão obedecer a legislação vigente aplicável a cada categoria.

**20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)**

Locação não aplicável, tendo em vista o longo prazo de utilização e vida útil dos itens, já comumente incorporados ao patrimônio mobiliário do TJSP, bem como toda a logística envolvida na distribuição para as unidades administrativas em todo o Estado de SP.

**21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)**

Considerando que o objeto a ser contratado não apresenta restrições à participação de licitantes isoladas, em razão de ser de natureza comum, e considerando o histórico de contratações de mesma natureza no TJSP, que demonstra a possibilidade de ampla participação de licitantes, não há necessidade da instituição do consórcio nesta contratação.

**22. VISTORIA/VISITA TÉCNICA (§§ 2º, 3º e 4º, art. 63, Lei 14.133/21)**

Não há a necessidade de vistoria técnica, por se tratar de aquisição de bens permanentes.



### 23. CONTRATAÇÃO COMPARTILHADA (Resolução nº 347/2020 do CNJ):

Sim. A demanda é passível de contratação compartilhada com outros órgãos da Administração Pública. Foram consultados o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e a Assembleia Legislativa de São Paulo. Apenas o TRESP e TCESP solicitaram suas participações nesta contratação (pp. 112-124). O TJMSP e a ALESP não responderam ao e-mail enviado (pp. 127-130).

Com relação à participação do TRESP, será inserida ressalva no TR/Edital, relativa à composição dos preços, tendo em vista que o TJSP é isento do ICMS, com cláusula padrão de disputa pelas licitantes já considerando a isenção, porém o TRESP, como órgão da esfera Federal, não faz jus ao benefício, que é regulamentado no RICMS para órgãos do Estado de São Paulo.

### 24. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (art. 86, Lei 14.133/21)

Embora tenha sido verificada a possibilidade de contratação compartilhada nos moldes já adotados em outras contratações deste Tribunal, no qual há a assinatura de Atas de Registro de Preços independentes para cada órgão participante, não vemos possibilidade de realização da Intenção de Registro de Preços nos termos do art. 86, §1º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a área gestora não possui condições operacionais e estrutura para gerenciar a ata de registro de preços com a participação de outros órgãos da Administração Pública, conforme previsto no Provimento nº 100/2024 art. 8, §2º.

### 25. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)

O Plano de Riscos aprovado para este tipo de objeto (Ata de Registro de Preços para aquisição de materiais permanentes) encontra-se e será acompanhado por meio do CPA nº 2024/00162575, ao qual o presente expediente foi vinculado.

### 26. EQUIPE DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

#### Equipe de Planejamento:

<b>Unidade solicitante</b>	SAAB 5.3.1 – Serviço de Gestão de Contratos e Distribuição de Materiais Permanentes
<b>Secretaria/Diretoria responsável</b>	SAAB – Secretaria de Administração e Abastecimento SAAB 5 – Diretoria de Licitações e Suprimentos

<b>Gestor de Planejamento</b>	Osmair Gustavo Freitas Boy – Matrícula 130.513 - Supervisor - SAAB 5.3.1 – Serviço de Gestão de Contratos e Distribuição de Materiais Permanentes
<b>Equipe de planejamento da contratação</b>	Paulo Magalhães Vizotto - Chefe de Seção Judiciário - SAAB 5.3.1.3 – Seção de Pedidos de Licitação de Materiais Permanentes  Simone Guimarães da Silva – Escrevente Técnico Judiciário - SAAB 5.3.1.3 – Seção de Pedidos de Licitação de Materiais Permanentes

**Equipe de Apoio/Acompanhamento da Licitação:**

SETOR	NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
<b>EQUIPE DE APOIO</b>			
SAAB 5.3.1.3	Paulo Magalhães Vizotto	371.033	Equipe de Apoio
SAAB 5.3.1.3	Simone Guimarães da Silva	815.012	Equipe de Apoio
SAAB 5.3.1	Osmair Gustavo Freitas Boy	130.513	Equipe de Apoio
SAAB 5.3	Henrique da Silva Filho	311.427	Equipe de Apoio
SAAB 5.3	Suzete Caraça	314.690	Equipe de Apoio

**Equipe de gestão contratual:**

SETOR	NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
<b>GESTOR(A)</b>			
SAAB 5.3	Maria Aparecida Lúcio	110.718	Gestora
SAAB 5.3.1	Osmair Gustavo Freitas Boy	130.513	Suplente
<b>FISCAL ADMINISTRATIVO</b>			
SAAB 5.3.1.1	Elizabete Ferragut Rodrigues	378.337	Fiscal Administrativo
SAAB 5.3.1.1	Marco Antônio Mayer Braga	371.033	Suplente
<b>FISCAL DO CONTRATO</b>			
SAAB 5.3	Henrique da Silva Filho	311.427	Fiscal do Contrato
SAAB 5.3	Suzete Caraça	314.690	Suplente

**27. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

Conforme evidenciado no item 2 deste ETP, os itens a serem adquiridos nesta contratação (Projetores Multimídia, Telas de projeção, Caixas de som amplificadas e Microfones sem fio) fazem parte do rol de materiais fornecidos pelo Almoxarifado Central para atendimento às necessidades das Unidades Administrativas do TJSP, da Capital e do Interior do Estado.

Diante do encaminhamento superior para ajustes visando a melhoria das especificações foi feita a inclusão de mesa de som com 10 canais, interface digitalizadora para gravação de áudio e cabos diversos para interligação dos equipamentos.

A presente contratação possibilitará a reposição de equipamentos antigos ou danificados, bem como o fornecimento para novas instalações ou inaugurações.

O não atendimento desta contratação inviabilizará o cumprimento do supracitado Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo 2021-2026 e impossibilitará o atendimento adequado das demandas.

Conforme demonstrado neste ETP, a aquisição pretendida representa a melhor solução para a necessidade, havendo viabilidade técnica, ante a disponibilidade do item no mercado, bem como econômica, tendo em vista a inclusão no Plano de Contratação Anual e estimativas de valor realizadas.

Diante disso, solicita-se a aprovação dos estudos, para inclusão do pedido de licitação.

São Paulo, data registrada em sistema.

**Simone Guimarães da Silva**  
Escrevente Técnico Judiciário  
SAAB 5.3.1.3

**Paulo Magalhães Vizotto**  
Chefe de Seção  
SAAB 5.3.1.3

**Osmair Gustavo Freitas Boy**  
Supervisor  
SAAB 5.3.1

**Maria Aparecida Lúcio**  
Coordenadora  
SAAB 5.3

Assinatura eletrônica da equipe de planejamento e gestão da contratação